

# HISTÓRIA E ARQUIVOLOGIA: ALIANÇAS POSSÍVEIS – UM ESTUDO DE CASO<sup>1</sup>

**Filomena Luciene Cordeiro Reis**

Dra. Professora do Departamento de História da Universidade  
Estadual de Montes Claros

E-mail: [filomena.joao.reis1996@gmail.com](mailto:filomena.joao.reis1996@gmail.com)

**Resumo:** O estudo objetivou pensar as alianças possíveis entre história e arquivologia por meio da análise do Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes e do relato de alguns moradores acerca das instituições arquivísticas da cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Procuramos entender o papel do arquivo como um dos lugares da(s) memória(s) da cidade e não apenas guardião de papéis antigos e velhos. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu, em especial, na história oral.

**Palavras-chave:** Arquivologia. História. Instituições Arquivísticas.



## 1 INTRODUÇÃO

Em “O sabor do Arquivo”, Arlette Farge (2009) nos revela o prazer em estar no arquivo e as delícias possíveis de serem saboreadas por meio dos documentos que pesquisamos nessas instituições. Os arquivos constituem um dos lugares onde as muitas memórias e histórias são passíveis de serem (re)descobertas e (re)colocadas em pauta na nossa sociedade.

Trabalhar na organização de acervos documentais, pensando o seu dispor sistêmico, permite ao estudioso acessar informações diversas e, a partir da análise delas, conhecer e compreender melhor o homem, sujeito social dos acontecimentos cotidianos, assim como as atividades de uma empresa – pública ou privada.

Essas relações sociais, embora estejam “ditas” – ou não –

---

<sup>1</sup> Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIMONTES sob o n. 07618612.9.0000.5146.

nesses documentos, são passíveis de verificação nos lugares sociais, onde o ser humano vive e convive com o outro, como, por exemplo, em casa, na rua, na escola, no parque, nos bares e botecos, nos mercados e nas feiras, nos hospitais etc. Nesses espaços, o homem se relaciona e estabelece vínculos, transformando o que está a sua volta. Essas relações analisadas, dentre outros profissionais, pelo historiador, através do acervo documental sob custódia dos arquivos, transformam-se em narrativas de vivências reais (des)(re)construídas, tendo como suporte os dados contidos nos documentos.

Usar o arquivo como espaço para pensar as experiências humanas deixa muitos estudiosos, especificamente os historiadores, embriagados com a riqueza de informações contidas nos seus documentos ou mesmo nas probabilidades que podem ser encontradas através das palavras não ditas ou omitidas, admitindo (re)leituras possíveis nas suas entrelinhas e diagonais. Para tanto, o historiador deve estar atento ao dito no documento, porém, levando em consideração a problemática apontada para reflexão do seu objeto de estudo. Nosso objetivo aqui não é canonizar ou sacralizar o documento, mas percebê-lo como matéria-prima no trabalho de pesquisa ou ofício do historiador. O arquivo serve à história.

Nesse sentido, este trabalho, tendo como premissa as alianças possíveis entre história e arquivologia, pensa o arquivo do Poder Legislativo de Montes Claros, Minas Gerais, considerando o olhar de alguns moradores da cidade acerca do papel da instituição arquivística. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu, em especial, na história oral orientada por Alessandro Portelli (2000)<sup>2</sup>, que propõe compreender o sujeito social e seu universo a partir dos seus depoimentos, constituintes

---

<sup>2</sup> Informamos que as transcrições das entrevistas foram feitas literalmente como os depoentes falaram, seguindo orientações de Alessandro Portelli, cujo valor consiste, também, em revelar o lugar social do sujeito histórico. As entrevistas foram realizadas na Praça da Matriz, local onde circulam pessoas de diversas profissões, idades, sexo etc. Abordar esses depoentes foi importante para pensar o arquivo/instituição com o olhar do “não especialista” ou pesquisador, mas do “homem comum”, o cidadão.

de suas experiências e memórias.

## **2 ARQUIVO PÚBLICO VEREADOR –IVAN JOSÉ LOPES: NOSSO OBJETO DE ESTUDO**

Arlete Farge (2009) descreve com riqueza de detalhes o ato de pesquisar em um lugar como a instituição arquivística. Nela, nos deparamos com bilhões de vestígios que tornam visíveis as ações humanas, bastando o historiador estar atento e (re)ler, além dos documentos, o mundo a sua volta e a própria vida.

O Arquivo Público Vereador –Ivan José Lopes, objeto do nosso estudo, não se apresenta em um edifício majestoso como os prédios da Biblioteca do Arsenal e do Arquivo e da Biblioteca Nacional da França narrados por Arlete Farge (2009). No entanto, na sua simplicidade, verificamos sua potencialidade enquanto guardião de marcas e rastros do homem morador de Montes Claros<sup>3</sup>.

A edificação que abriga os documentos do Poder Legislativo da cidade é um prédio de estilo moderno, trazendo uma fachada lisa com uma placa em azul, branco e laranja, expondo o que abriga: “Arquivo Público da Câmara Municipal – Vereador Ivan José Lopes”<sup>4</sup>.

A porta de entrada do referido arquivo é ladeada de azulejo vinho e branco. O prédio possui dois andares, sendo o primeiro o local onde se encontra o arquivo e, o segundo, a Escola do Legislativo<sup>5</sup>, órgão responsável pela formação dos trabalhadores da instituição e moradores do município, via promoção de cursos, palestras etc. relacionado ao direito à cidadania.

Ao entrar no imóvel, nos deparamos com um pequeno *hall*,

---

<sup>3</sup> Cidade localizada no norte do estado de Minas Gerais.

<sup>4</sup> O nome do Arquivo é “Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes”, mas na placa da fachada do prédio consta essa grafia. O referido arquivo recebeu esse nome em homenagem ao vereador Ivan José Lopes, primeiro presidente da Câmara do Legislativo de Montes Claros a se preocupar com esse órgão e executar mudanças significativas como, por exemplo, local para guarda da documentação.

<sup>5</sup> Ver em: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, Escola do Legislativo de Montes Claros. Montes Claros, MG, [2008?].

onde nos defrontamos com uma vitrine que expõe trabalhos produzidos a partir do acervo do referido arquivo. Nessa vitrine encontramos monografias, livros, trabalhos escolares que tratam sobre Montes Claros, região norte mineira e Poder Legislativo.

Esse ambiente nos convida a pensar a abundância de fontes e possibilidades para estudo, principalmente o historiador brasileiro que, geralmente, não consegue documentos para trabalhar por causa da ausência de políticas públicas, sobretudo para arquivos municipais, dentre elas, a gestão documental. Esse fator provoca no historiador, muitas vezes, uma sacralização do documento por motivos diferentes da escola metódica e positivista.

A ideia é colocar o documento em um sacrário para sua proteção, justamente porque há um descuido e descaso generalizado das instituições norte mineiras em relação a essa problemática. Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento, em entrevista no dia 25 de março de 2012, reforça essa afirmação: “[...] os documentos são tratados como qualquer coisa... pior... é um grande lixo”. (NASCIMENTO, 25 mar. 2012).

Ainda no *hall*, nos encontramos com duas placas com informações sobre o nome do arquivo (Arquivo Público da Câmara Municipal Vereador - Ivan José Lopes) e um projeto desenvolvido em 2005, que resgatou o “Acervo da Memória Pública de Montes Claros”. Essas placas registram dois momentos considerados importantes para os trabalhadores desse órgão de documentação: a denominação do Arquivo de “Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes” e a organização de parte do acervo da instituição, via parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e Câmara Municipal de Montes Claros.

Ao ultrapassar o *hall* chegamos a uma grande sala denominada de “[...] sala de trabalho e de consulta [...] provisório [...]” (SILVA, 22 jun. 2012), conforme nos relata Iara Maria da Silva em entrevista. Esse recinto é destinado a receber os consulentes, a execução das atividades rotineiras do arquivo e também como cantina. Ficamos imaginando e contrapondo os

arquivos referidos por Arlete Farge (2009), abrigados em edificações tão suntuosas e diferentes dos brasileiros, sobretudo os municipais, com raríssimas exceções<sup>6</sup>.

Nessa sala há uma grande mesa reservada para os pesquisadores realizarem seus trabalhos, assim como duas mesas com computadores, três mesas de escritório, dois armários, uma mesa com um micro-ondas e um filtro. Esse espaço é destinado à convivência dos trabalhadores do arquivo e dos consultantes, onde verificamos, apesar de não haver separação física dos ambientes, uma preocupação visível imposta por limites imaginários, visando não tornar apenas um único cômodo aquele lugar. As delimitações são claras e bem definidas: alimentos são tratados de forma a manter certa distância, a medida do possível, da documentação, por exemplo.

O depósito de documentos consiste em uma área ampla com prateleiras e suas caixas-arquivo. São 1.497 (um mil, quatrocentos e noventa e sete) metros lineares de documentos, aproximadamente. Vestígios do passado disponíveis para serem trabalhados pelos pesquisadores e, assim, constituir probabilidades para explicar o universo social do homem. Esse acervo faz com que *“[...] a cidade [...], [e] o povo e depois rostos surgem do arquivo; [...]”* (FARGE, 2009, p. 37). Arlette Farge nos diz o que os documentos revelam: a cidade e os seus moradores com suas lutas e embates cotidianos.

O Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes é uma dessas probabilidades, uma vez que, ao estudar sua documentação pode-se trazer à tona as atividades do Poder Legislativo e suas repercussões junto aos moradores de Montes Claros e, dessa forma, rostos ganharão contorno, nome, idade, sexo, filiação, profissão, enfim, identidade, ou seja, serão gente e a cidade se mostrará por meio das ações humanas, transformando-se a cada momento por meio das relações sociais configuradas em um

---

<sup>6</sup> Podemos citar, dentre essas exceções, o Arquivo Público Nacional que se localiza na Praça da República nº 173, no Rio de Janeiro, RJ, e o Arquivo Público mineiro situado na Avenida João Pinheiro nº 372. Essas duas referências de arquivos demonstram suntuosidade nas edificações.

contexto histórico.

Com esse intuito, apresentamos entrevistas realizadas com moradores de Montes Claros, objetivando apreender o conhecimento e sentimento em relação ao valor dessa instituição.

### **3 O ARQUIVO, A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DA CIDADE**

Baseado em Schellenberg (1973, p. 3-11), se faz necessário refletir acerca da importância dos arquivos, sobretudo os arquivos públicos e, em especial, por constituir nosso alvo de pesquisa, os arquivos municipais. Desde o início da nossa abordagem, comentamos sobre o valor dos documentos arquivísticos para que uma organização possa exercer suas atividades e resolver problemas e demandas administrativas, bem como a importância dessa documentação, posteriormente, para comprovação de fatos e realização de estudos.

No entanto, para o cidadão, homem comum, pensar o papel e a razão da existência dessas instituições constitui algo, muitas vezes, sem sentido. Indagações que nos parecem extremamente simples e levadas a algumas pessoas em entrevistas obtiveram respostas bastante interessantes e, ao mesmo tempo, surpreendentes.

Os arquivos institucionais não foram criados porque esses homens e mulheres comuns os pensaram e os inventaram, mas para servir a uma administração e como prova dos acontecimentos junto aos cidadãos. No âmbito privado, constatamos que cada indivíduo, no decorrer da sua existência, acumula documentos criados com o objetivo de resolver questões importantes ou registrar momentos significativos das suas vidas, pois a ideia de produzir e guardar documentação que remete a nossa história é bastante antiga.

Indagados alguns moradores de Montes Claros, cujas profissões se encaixam entre desempregados, empregadas domésticas, comerciantes, comerciários, estudantes e outros, com faixa etária entre 14 e 70 anos de idade, sobre as seguintes questões: “Por que os governos criam arquivos?”, “O que vem a

ser arquivo?”, “Qual o objetivo de um arquivo?”, “Para que serve um arquivo?”, “Conhece algum arquivo?”, “O que fazer com os documentos que uma instituição produz e recebe?”, “Já foi a algum arquivo?”, “Conhece o Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros?”, “Qual a relação dos documentos guardados no Arquivo da Câmara com sua vida?”, o retorno das entrevistas foi revelador, porque, ao pensar os arquivos, muitas pessoas nem sabiam o que era essa instituição e, ao mesmo tempo, concebe-os com a política, a economia e a cultura.

Então, quais foram as razões para a criação dos arquivos e, especificamente, qual o significado e sentido do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros para seus moradores?

Tentamos conhecer um pouco a população montes-clarense a respeito desse assunto, perguntando nas ruas da cidade, tendo como referência a área central, por ser o local onde todos ou, a maioria, se convergem no dia a dia. A pressa das pessoas no vai e vem da cidade, pois cada um tem um objetivo a cumprir ao ir nesse espaço literalmente geográfico, dificultou as entrevistas, mas conseguimos respostas que nos possibilitaram pensar mais sobre esse assunto.

Alguns não se dispuseram a responder, alegando que o tempo era precioso e não podiam perdê-lo, assim como pediam para saber antecipadamente as questões, achando-as difíceis e sem importância, como nos questionou Josefa Augusta Garcia: “*Pra quê saber isso? Assunto mais besta!*” (GARCIA, 11 jun. 2012). Muitos simplesmente não se dispuseram a responder. As respostas obtidas acerca dessas inquietações valem a pena serem relatadas com o objetivo de mostrar como os montes-clarense não percebem as instituições arquivísticas como lugar de direito à cidadania e à memória.

Nesse sentido, interrogados sobre “Por que os governos criam arquivos?” com o objetivo final de verificar se as pessoas conheciam o Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros, alcançamos as seguintes repostas:

*“Afinal, o que é arquivo mesmo?” (OLIVEIRA, 11 jun. 2012).*

*“Deve ser para guardar... não... tô enganado... pra esconder as roubalheiras que os político pratica na política” (SILVA, 11 jun. 2012).*

*“E os governo cria arquivos? Pra quê mesmo?” (CARVALHO, 11 jun. 2012).*

*“Pra guardar documento, mas não entendo bem sobre isso, não. Tem a ver com história também, não tem?” (VELOSO, 11 jun. 2012).*

*“Ué, arquivo serve pra guardar os documento. Não é isso?” (REIS, 11 jun. 2012).*

*“Me fala o que é um arquivo pra mim poder responder melhor a pergunta...” (SANTOS, 11 jun. 2012).*

*“Pra quê ter arquivo... guardar papel velho. É muito mais fácil jogar isso tudo fora, pô fogo... queimar tudo. Pra quê gastar dinheiro com papel velho? Muito melhor gastar com coisa pro povo... escola, merenda, asfalto... Pra quê esse apego cum coisa veia?” (FREITAS, 11 jun. 2012).*

*“O governo precisa dos papel pra pedir as coisa, reclamar de outra, conseguir dinheiro pra cidade, mandar fazer uma escola, uma obra... Hoje tudo precisa de documento. Não é igual antes não, que valia a palavra. Hoje temo que provar tudo, senão nada feito. Ninguém acredita ni ninguém não, muito menos no governo que tem tanta tramóia” (PEREIRA, 11 jun. 2012).*

*“Essa pergunta tem a ver com política? É pra saber que candidato votar? Num gosto disso não. Num vai me complicar isso não?” (CRUZ, 11 jun. 2012).*

As respostas trazem muitas informações sobre as percepções que os entrevistados possuem em relação aos



arquivos, assim como a política, economia, cultura e sociedade. Os entrevistados trazem à tona questões bastante pertinentes, apesar de muitas respostas virem em forma de perguntas. Há dúvidas relacionadas à temática proposta na entrevista, mas ao pensar sobre ela, emergem outros assuntos que envolvem a discussão sugerida para reflexão, ou seja, os arquivos municipais.

Schellenberg (1973, p. 3-11), ao apresentar algumas das indagações acima, propõe determinadas respostas que se acham nessas entrevistas e nos fazem refletir sobre a importância dos arquivos, assim como estratégias que proporcionem maior interação e integração entre a comunidade e esse órgão.

Verificamos que, ao conversar com essas pessoas, algumas demonstraram interesse em conhecer o que é um arquivo, se existe em Montes Claros, onde fica, quem pode visitar, quais os documentos se encontram arquivados neles, dentre outros questionamentos. Querer saber o que é, consiste em um sinal de interesse, dessa forma, constatamos que, apesar dos entrevistados – moradores de Montes Claros – demonstrarem em um primeiro momento não conhecer o assunto, ou não desejar falar sobre ele, revelam que, ao serem instigados almejam mais informações a respeito do assunto.

Aliar o arquivo ao local onde se guarda documentos que tratam sobre os atos dos políticos, sobretudo atuações ilícitas é bastante intrigante e perturbador, pois mostra a realidade política brasileira e um brasileiro atento aos acontecimentos a sua volta, como a questão das eleições para prefeito e vereadores. Essa postura expõe que a população faz um elo entre arquivo e política ou a necessidade que o governo tem, independente da esfera pública, em manter a guarda de seus documentos.

Wilson Costa Freitas ao dizer que, “[...] *É muito mais fácil jogar isso tudo fora, pô fogo [...] queimar tudo. Pra que gastar dinheiro com papel velho? Muito melhor gastar com coisa pro povo [...] escola, merenda, asfalto [...] Pra que esse apego cum coisa veia?*” (FREITAS, 11 jun. 2012), nos apresenta um posicionamento muito comum. No desenrolar da entrevista verificamos que Wilson Costa Freitas percebe o valor dos

documentos à medida que vamos explicando qual a documentação existente no Arquivo da Câmara Municipal: *“É mesmo? Não sabia que existia tanto documento importante assim. E eu mandando queimar. É ignorância minha, num tá mais aqui quem falou”* (FREITAS, 11 jun. 2012).

João Augusto Pereira percebe que os documentos são significativos para que possam resolver qualquer assunto acerca da cidade: *“O governo precisa dos papel pra pedir as coisa, reclamar de outra, conseguir dinheiro pra cidade, mandar fazer uma escola, uma obra [...]. Hoje tudo precisa de documento”* (PEREIRA, 11 jun. 2012).

A necessidade dos documentos se faz uma constante em qualquer situação nos nossos dias. Nada hoje é resolvido apenas por meio de palavras. O compromisso é firmado por meio de documentos assinados e, muitas vezes, registrados em cartório, dando-lhe valor legal. Hoje é imperativa a existência de documentos em qualquer negociação, acordo ou transação. Como 2012 é ano de eleições municipais, Marina Soares Cruz não tem interesse e demonstra receio em responder alguma questão. *“Será se isso pode me prejudicar?”* (CRUZ, 11 jun. 2012).

Constatamos essa inquietação em outros entrevistados, revelando que, Montes Claros, apesar de ser uma cidade de porte médio, ainda contempla relações provincianas e coronelistas. Márcia Alves Veloso detecta outro valor do arquivo: *“Pra guardar documento, [...]. Tem a ver com história também, não tem?”* (VELOSO, 11 jun. 2012).

Durante o seu depoimento vamos conferindo que, para Márcia Alves Veloso, o arquivo tem importância por causa dos documentos que estão armazenados nesse local que, posteriormente, se constituirá em história.

Os depoimentos manifestam que existem muitas dúvidas sobre a importância dos arquivos e que, os montes-clarenses, apesar de num primeiro momento parecer que não conhecem ou sabem nada sobre esse assunto, quando instigados com acuidade sobre o tema, ocasionam reflexões sérias e perspicazes.

Diante da primeira questão – Por que o governo cria os

arquivos? – surgiu outra indagação: “O que vem a ser arquivo?”. A maioria dos entrevistados pediu ajuda no sentido de entender primeiro o que vem a ser arquivo. Essa é uma palavra que parece, à primeira vista, tão comum, mas ao ser questionado sobre ela, há muitas imprecisões ou dúvidas. Essa segunda pergunta, então, não foi elaborada para a entrevista, mas emergiu dos entrevistados que tinham a necessidade de saber mais sobre o tema.

“Qual o objetivo de um arquivo?” ou “Para que serve um arquivo?” foi uma interrogação que colocou os entrevistados a pensar possíveis respostas, pois à medida que fazíamos as perguntas, igualmente éramos questionados sobre o assunto.

Os entrevistados sentiam a necessidade de refletir sobre as questões depois das explicações, pois elucidavam o tema, despertando o interesse pelo assunto. Marina Soares Cruz, por exemplo, tem a preocupação de responder as questões, por se encontrar posteriormente em situação difícil diante da política local: *“Essa pergunta tem a ver com política? É pra saber que candidato votar? Num gosto disso não. Num vai me complicar isso não?”* (CRUZ, 11 jun. 2012).

Foi preciso explicar bem porque estávamos ali naquele local – Praça da Matriz – querendo conversar sobre arquivos. Wilson Costa Freitas, do início até o final da entrevista afirmava que guardar documentos era um *“[...] apego ao passado. Temo que pensar é no futuro que nós num sabemos como será. O passado já foi, já era. De quê adianta voltar atrás? Eu é que não quero isso pra mim”* (FREITAS, 11 jun. 2012).

Pedro Antônio Reis também acreditava que em vez de investir em documentos, o governo teria que *“[...] ajudar mais o povo. Tanta miséria e pobreza e nenhum político faz nada. Aliás, só rouba [...]”* (REIS, 11 jun. 2012).

Provocado por essa afirmação, o questionamos se, caso o governo não “roubasse” e investisse em educação, saúde, moradia, ou seja, promovesse o bem-estar da sociedade como veria o papel do arquivo: *“[...] sei lá sabe [...] Hoje tá tão difícil acreditar em alguma coisa, em alguém, principalmente da*

*política. Vê lá o Cachoeira!!!<sup>7</sup> É tanta gente metida nessa confusão. Gente que nós nem imagina tá lá. É uma vergonha!!! [...] O governo é que tem que fazer os arquivo dele, num é? O prefeito, o vereador, como a senhora disse [...] e lá tem documentos que fala sobre nós, não diretamente, né? Mas tem. Então, tem que fazer alguma coisa. Gente, não podemos deixar os documento da cidade perder. Oiá, é a história da nossa cidade. Sou a favor (REIS, 11 jun. 2012).*

Márcia Alves Veloso ponderou a importância dos arquivos. No início da entrevista, com um pouco de vergonha em responder o que acreditava ou conhecia sobre o assunto, deixa dúvidas, mas, no decorrer do depoimento revela segurança sobre o assunto: *[...] guardar documentos é muito importante. Se soubesse o quanto vale encontrar um documento no momento certo, quando mais precisamos [...] Quando meu pai morreu, por exemplo, precisei da certidão de casamento dele. Quem disse que eu achava, ainda mais naquele momento difícil [...] procurei e coloquei um tanto de gente comigo pra achar, até que achei [...] e resolvi o que tinha que resolver no cemitério. Tem gente que não dá valor pro documento, mas ele é muito importante. Imagina então os documento de um presidente? Dos nosso vereador, como você mesmo acabou de falar? E ele é a história nossa. Por exemplo [...] a certidão de casamento do meu pai mostra que ele é casado com minha mãe. Lá tem data, tem os nomes dos pais dela [...] dele [...] Como estou entendendo e sei um pouco sobre política, tô percebendo como esse Arquivo da Câmara é importante (VELOSO, 11 jun. 2012).*

O depoimento de Márcia Alves Veloso retrata o que estamos apresentando desde o início desta pesquisa: o documento serve para resolver questões administrativas, fiscais, legais e, posteriormente, possui valor probatório e informativo. O cotidiano de pessoas simples como de Márcia Alves Veloso comprova essa assertiva da arquivologia.

---

<sup>7</sup> Veja sobre esse assunto em: CORRÊA; ROCHA ; RAMOS, (2012).

As questões seguintes: “Conhece algum arquivo?”, “O que fazer com os documentos que uma instituição produz e recebe?”, “Já foi a algum arquivo?”, “Conhece o Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros?”, faz com que os entrevistados queiram conhecer um arquivo. Maria Magda da Silva, diante desses questionamentos, diz não conhecer nenhum arquivo, mas durante a entrevista, ao relatar alguns acontecimentos da sua vida, conta que, [...] *Fui procurar com minha mãe os jornal Minas Gerais. Esse jornal serve pra provar que ela trabalhou e poder aposentar. Fomo na Biblioteca da Unimontes<sup>8</sup>. Lá tinha muitos jornal. Ficamo quase umas duas semanas lá. Foi difícil achar [...] o jornal tem a letra pequeninha [...] (mostra com o dedo o tamanho da letra) mas, encontramos tudo. Minha mãe pegou o jornal [...] e agora tá aposentada, graças a Deus. É [...] arquivo é importante mesmo. Se não fosse a Unimontes guardar esses jornal [...] minha mãe não tava aposentada (SILVA, 11 jun. 2012).*

Maria Magda da Silva, sem ter certeza, acaba, durante a entrevista, relatando ter visitado um arquivo e pesquisado os seus documentos. Enfatiza, inclusive como foi bom encontrar o documento que precisava para que sua mãe pudesse aposentar. Os outros entrevistados não conheciam nenhum arquivo e nunca ouviram falar do Arquivo da Câmara Municipal. Discorreram muito sobre bibliotecas, citando o Centro Cultural Hermes de Paula, onde ocorrem eventos culturais diversos, além de possuir um acervo bibliográfico bastante consultado pela comunidade.

Dessa forma, verificamos que o Arquivo Público da Câmara Municipal não aproxima o arquivo da comunidade, com atividades voltadas às áreas social, educativa e cultural. Sobre esse assunto Werley Pereira de Oliveira, servidor

---

<sup>8</sup> Quando Maria Magda da Silva, em seu depoimento, diz Biblioteca da Unimontes, está se referindo à Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes, que constitui o Arquivo Institucional e Regional da Universidade. A confusão com a Biblioteca se justifica, porque o prédio abriga os dois órgãos: arquivo e biblioteca.

efetivo/Assistente Operacional II/ arquivista da Câmara Municipal de Montes Claros, lotado nesse órgão, nos expõe em entrevista realizada em 25 de junho de 2012 que

*Não fazemos nenhum trabalho que integre o arquivo à comunidade. Na mídia aparecemos muito pouco, quase nada, apenas quando fizemos a gestão de documentos da Câmara [...] Acredito que as pessoas não conhecem o Arquivo, vejo que é preciso divulgar mais esse setor da Câmara e seus documentos, o trabalho [...] (OLIVEIRA, 25 jun. 2012).*

Schellenberg (1973), diante desses litígios, historiciza a trajetória dos arquivos desde a antiguidade na Grécia Antiga, nos séculos V e IV a.C., passando pelo Império Romano, chegando à Idade Média, na França revolucionária, na Inglaterra e Estados Unidos do século XIX e XX para dizer acerca da importância dos arquivos enquanto instituições administrativas, sobretudo públicas e históricas. Para Schellenberg, as razões da instituição de arquivos públicos, tendo como referência, principalmente a França, a Inglaterra e os Estados Unidos são:

[...] a necessidade prática de incrementar a eficiência governamental. [...] de ordem cultural. Os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos como livros, manuscritos e tesouros de museus. São uma fonte tão importante como os parques, os monumentos e edifícios [...]. [...] de interesse pessoal. Os documentos oficiais, é óbvio, definem as relações do governo com os governados. [...] de ordem oficial. Os documentos, mesmo os mais antigos, são necessários a atividades do governo. Refletem sua origem e crescimento (SCHELLENBERG, 1973, p. 8-10).

As razões listadas por Schellenberg (1973, p. 8-10) ao analisar os motivos para a criação de arquivos nesses países se enquadram em relação ao Arquivo Público da Câmara Municipal. Werley Pereira de Oliveira, em entrevista no dia 25 de junho de

2012, explica que: *O Arquivo da Câmara existe primeiro por causa da administração. Os documentos vão sendo criados para resolver coisas na Câmara. À medida que a Câmara vai precisando contratar funcionários, comprar material, fazer licitação, fazer projetos de leis e de resolução, os documentos vão surgindo. Depois disso, esses documentos, mesmo na fase, muitas vezes corrente, vem para cá [para o Arquivo Institucional], nós organizamos e, esses documentos mais tarde irão contar a história da Câmara, relatar as atividades realizadas pelos funcionários e pelos vereadores. Os documentos mostram que a política e o poder se mostram para a população através dos projetos de leis. Veja só: por que uma rua tem um nome X? Porque tudo isso foi tramitado nas reuniões dos vereadores (OLIVEIRA, 25 jun. 2012).*

Dessa forma, constatamos que o Arquivo da Câmara de Montes Claros cumpre seu papel, contudo, seu trabalho e acervo devem ser divulgados para que os moradores da cidade o percebam e conheçam.

#### **4 RESULTADOS**

Diante do exposto, concluímos que a criação do Arquivo Público Vereador – Ivan José Lopes se justifica para servir a administração, mas, igualmente, para a escrita da história por meio das fontes documentais e, assim, apresenta sua contribuição à sociedade montes-clarense, possibilitando o direito à memória e à cidadania.

E, ao fazer essa reflexão, percebemos a possibilidade da aliança entre história e arquivologia, pois, o debate se faz por meio da interdisciplinaridade ao pensar as experiências pela preservação da memória em instituições arquivísticas, lócus vitais para estudos historiográficos. Constatar uma comunidade apática a essa situação emerge atuações de órgãos e agentes culturais para sensibilizá-la sobre a questão.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Juliano Gonçalves de. **Patrimônio documental e a memória da cidade: considerações acerca da gestão da memória em Montes Claros – MG**. 2010, 65 f. Monografia (especialização em história, sociedade e cultura no Brasil) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, 2010.

CORDEIRO, Filomena Luciene. **A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros – Um estudo de caso**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2006.

CORRÊA, Hudson; ROCHA, Marcelo; RAMOS, Murilo. Na trilha dos milhões da Delta. **Época**, Porto Alegre: Globo, ed. 736, 25 jun. 2012, p. 36-46.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

LEITE, Marta Verônica Vasconcelos. **Testemunhas da história: 50 anos da Unimontes**. Montes Claros: Unimontes, 2012.

OLIVEIRA, Wanderson Carvalho de. **Os arquivos públicos dos poderes executivo e legislativo de Montes Claros – MG: uma análise histórico-administrativa**. 2010, 82 f. Monografia (graduação em história) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Orgs.). **Muitas histórias, outras memórias**. São Paulo: Olho d’água, 2000, p. 297-298.

PROCÓPIO, Jonice dos Reis; REIS, Filomena Luciene Cordeiro. **Projeto preservação digital do acervo documental da administração pública de Montes Claros**. Montes Claros, dez. 2002. Constitui acervo



da DPDOR da Unimontes.

SALOMON, Marlon. O gosto do arquivo e os ruídos da história. *In: ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 237-243, jul.-dez. 2008.

SHELLEMBERG, Theodore. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. **Projeto político pedagógico do curso de licenciatura em história**. Montes Claros: Departamento de História, 2004.

## ENTREVISTADOS

Entrevistas concedidas a Filomena Luciene Cordeiro Reis em Montes Claros:

- Anete Carvalho; João Augusto Pereira; Josefa Augusta Garcia; Luciana Aquino Santos; Maria Magda da Silva; Márcia Alves Veloso; Marina Soares Cruz; Pedro Antônio Reis; Wilson Costa Freitas; Werley Pereira de Oliveira; Iara Maria da Silva; e, Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento.

### ***HISTORY AND ARCHIVAL SCIENCE: POSSIBLE ALLIANCES – A CASE STUDY***

**Abstract:** *The study aimed to consider possible alliances between history and archival science through Public Archives analysis - Councillor Ivan Jose Lopes and the reports of some residents about archival institutions. We seek to understand the role of archive as one of the places of the memory (s) of the city and not just guardian of old papers and old. To this end, the methodology used consisted, in particular, on oral history.*

**Keywords:** *Archival Science. History. Archival Institutions.*

*Originais recebidos em: 30/08/2014*

*Aceito para publicação em: 07/11/2014*

*Publicado em: 23/03/2015*